

A literatura colonial brasileira na história literária de Eduardo Perié

Maria Eunice Moreira | PUCRS

Resumo: Este ensaio tem como objetivo reflexões sobre o livro do argentino Eduardo Perié “A literatura brasileira nos tempos coloniais: do século XVI ao começo do XIX”, levantando questões sobre o interesse do pesquisador pelo contexto literário brasileiro

Palavras-chave: Eduardo Perié, Literatura colonial brasileira, Historiografia literária.

Em 1885, quatro anos antes da proclamação da República brasileira, foi publicada a obra *A literatura brasileira nos tempos coloniais - do século XVI ao começo do XIX*, subtitulada “Esboço histórico seguido de uma bibliografia e trechos dos poetas e prosadores daquele período que fundaram no Brasil a cultura da língua portuguesa”,¹ de autoria de Eduardo Perié.

O livro, assim apresentado, não causaria nenhuma espécie e se colocaria ao lado de outras publicações congêneres, como o *Florilégio da poesia*

1. PERIÉ, Eduardo. *A literatura brasileira nos tempos coloniais – do século XVI ao começo do XIX*. Esboço histórico seguido de uma bibliografia e trechos dos poetas e prosadores daquele período que fundaram no Brasil a cultura da língua portuguesa. Buenos Aires: Eduardo Perié, 1885. [Todas as citações serão retiradas dessa edição].

brasileira, escrito por Francisco A. de Varnhagen, em 1850, ou mesmo *O Brasil literário*, de Ferdinand Wolf, de 1863. No entanto, certas particularidades rodeiam sua edição: Eduardo Perié, um argentino, escreve em língua portuguesa uma história da literatura brasileira, publica-a em Buenos Aires pela Casa Editora Eduardo Perié e menciona, no texto dirigido “Ao leitor”, introdutório à obra, que se trata de um trabalho proêmio dos que com mais tempo e mais estudos [se] propõe a publicar a respeito do Brasil. Vivendo por um período no país, conforme sua referência neste mesmo texto, Perié também acrescenta outros dados que colaboram para particularizar a obra: a história da literatura que apresenta constitui um volume da coleção “Biblioteca Luso-Brasileira”, cuja primeira série completa este primeiro volume, conforme esclarece. Pelo projeto, o autor pretendia escrever outras obras sobre o Brasil e os brasileiros, tarefa a que se dedicaria com afincio, buscando dados precisos para escrever com pleno conhecimento de causa.

As advertências de Perié tem sentido: segundo ele, o livro que lança em 1885 é resultado de suas observações sobre o país e, mais que isso, seu lançamento se deve ao pedido de seu amigo brasileiro Félix Ferreira, que não só propusera o empreendimento, como o auxiliara na reunião do material necessário para sua realização, escrevendo notas, indicações e algumas partes da obra. Não é sem motivo, portanto, que o livro é dedicado ao amigo, a quem Perié reconhece como seu Mecenas brasileiro, consagrando-lhe estas páginas despretensiosamente escritas numa roça.

As condições de produção da obra não afetam, contudo, a extensão do volume escrito pelo historiador argentino: *A literatura brasileira nos tempos coloniais* constitui um alentado livro de 439 páginas, cujo estudo central vem acompanhado de 29 ensaios bibliográficos de autores mencionados. O plano principal da obra, centrado sobre a literatura do Brasil, apresenta-se dividido em 7 capítulos que, com exceção do primeiro, intitulado “Esboço histórico”, identificam-se apenas por números em algarismos romanos.

O título do primeiro capítulo indicia a direção que o historiador pretende imprimir a sua história, associando as manifestações literárias às condições sócio-culturais da nação portuguesa. Por essa razão, a trajetória da formação do império português é retomada, nesse capítulo, visando à recuperação dos fatos que deram origem a Portugal, nas suas múltiplas e difíceis relações com a Espanha. Após delinear o processo de constituição da nação portuguesa, localizando-o nos meados do século XII, Perié focaliza o nascimento da língua e literatura portuguesas, entremeando seu texto com estrofes do cancionero português, o que comprova a tendência, já mencionada, de contextualizar a vida literária em suas raízes sócio-

culturais. O plano traçado desde as primeiras páginas é concluído ao final do capítulo, quando o encerra com a afirmativa de que Portugal, ao final do século XVI, vivenciava o auge de sua nacionalidade literária e lingüística, momento em que Cabral atinge a Terra de Santa Cruz.

Antes de entrar no tema particular de seu livro, o desenvolvimento da história da literatura brasileira, Perié dedica o segundo capítulo para discutir as condições culturais e étnicas de formação da literatura brasileira. Do ponto de vista cultural, opõe-se a Ferdinand Wolf que acusou os brasileiros de meros imitadores dos portugueses e espanhóis. Para ele, os nacionais não poderiam manifestar uma cultura superior à da mãe-pátria, porque os primeiros escritores seguiram as escolas de Coimbra e Salamanca, responsáveis por sua formação. Embora esta influência seja visível nos anos iniciais do Império, Perié conclui que agora o Brasil já apresenta condições diferenciadas, resultantes dos elementos raciais formadores da nação. Por isso, julga procedente estudar, ainda que sumariamente, os elementos embrionários que influenciaram a sua formação.

Segundo o historiador, três fatores são constitutivos da literatura no País: a literatura portuguesa, rica em perfeição, estilo e harmonia; as lendas e a poesia indiana; o elemento africano. Ao situar os elementos constitutivos da manifestação literária, nas três raças que formam o Brasil, Perié ajusta-se aos princípios cientificistas do momento em que vive, comprovando a atualidade de seu pensamento e a sintonia de suas proposições às idéias em voga. A aceitação desses princípios leva-o, mais uma vez, a contrariar Wolf e a incluir Varnhagen em suas críticas, opondo-se a eles em dois pontos fundamentais: pela acusação de imitadores da literatura portuguesa, atribuída aos primeiros escritores brasileiros, e pelo não reconhecimento de produção poética entre os silvícolas. Por essa razão, seus elogios voltam-se aos trabalhos indigenistas de Joaquim Norberto de Sousa Silva e Gonçalves Dias, reatualizando um tema da crítica romântica relativo à manifestação artística dos silvícolas. Dentro dessa perspectiva, é justo que eleja José de Alencar o mais fecundo e mais original dos romancistas brasileiros, ainda que conceda destaques a Joaquim Manuel de Macedo, escritor imaginoso, e Manuel Antônio de Almeida, que, com um só romance, pode ser considerado um dos fundadores do romance brasileiro.

Distanciando-se do objeto de estudo a que se propôs, ou seja, a história da literatura colonial, Perié parece querer demonstrar seu interesse pelos problemas atuais do processo literário nacional, enfocando temas, autores e críticos quase seus contemporâneos. A situação é retomada na abertura do quarto capítulo,

quando volta a tecer críticas aos historiadores precedentes - Cônego Januário da Cunha Barbosa, Pereira da Silva e, novamente Varnhagen e Wolf - pelo descuido com que trataram o patrimônio cultural indígena e pela desconsideração no tratamento da influência popular na composição da poesia culta. As objeções têm direção certa: Perié apresenta José de Anchieta como o primeiro autor de poesia e teatro no Brasil, a que se segue, por ordem cronológica, o autor de *Prosopopéia*, Bento Teixeira (segundo ele, Bento Teixeira Pinto), como objetivamente registra: Bento Teixeira Pinto será reconhecido, e sem favor, na ordem cronológica como o segundo escritor brasileiro, considerado como deve ser o Padre Anchieta o primeiro (p. 88). O elenco de autores é ampliado com Magalhães Gandavo, Gabriel Soares, no século XVI; Padre Antônio Vieira, no século XVII, cuja presença é motivo, mais uma vez, para a crítica de Perié, agora sobre Fernandes Pinheiro, que não citou Vieira em sua obra, por esse ser natural de Lisboa; Tomás Antônio Gonzaga, no século XVIII.

É importante a linha com que o autor vai conduzindo sua história da literatura: o índio e a contribuição popular tornam-se norteadores de sua seleção. Ao tratar da presença do elemento popular, menciona A nau Catarineta, reproduzindo trechos das versões sergipana e gaúcha, e chamando a atenção para outro elemento descartado por Varnhagen: as modinhas, que, segundo ele, constituem depositários de expressões indígenas e africanas, comprovadoras da modificação da língua portuguesa em solo brasileiro. Dentro da perspectiva nacionalista, Perié procura signos caracterizadores da poesia brasileira, rastreando o acervo popular e indígena em busca desses elementos. Por essa razão, é fácil compreender também por que, nas páginas seguintes, voltará a atacar os historiadores que acusaram o caráter imitador da literatura brasileira:

Semelhante imitação não existe tão sensivelmente como se afigurou a Garrett e Wolf, pois ambos desconhecera a poesia popular brasileira, guiando-se unicamente pelo que leram, e justamente o que havia impresso e lhes chegara às mãos foram os poetas arcádicos, os clássicos que tudo imitavam, e seguiam as escolas dominantes. (p. 102)

A exigência de que a literatura brasileira distancie-se da européia, acentuando seu caráter particular e original, leva o historiador a concluir o terceiro capítulo a registrar a produção poética dos gaúchos, que, situados ao sul do País, vivendo na imensidão do pampa, expressam suas diferenciações culturais na poesia e nos contos, o que permite a identificação de sua região.

No capítulo quarto, Perié retoma o fio de sua história, voltando ao período colonial para apresentar a produção dos brasileiros durante os séculos XVI e XVII. No século XVI, registra a contribuição dos primeiros cronistas da colônia - Caminha, Gandavo, Cardim, Pero Lopes, mas sua preferência recai sobre Gabriel Soares, em virtude de haver escrito seu trabalho ainda no primeiro século da história brasileira. Papel preponderante, contudo, é reservado ao Padre Antônio Vieira, na passagem do século XVI ao XVII, digno de dar nome a um século (p. 142), segundo sua opinião, por dois motivos principais: pela participação nos negócios públicos brasileiros e na defesa da liberdade dos indígenas. Perié coloca em segundo plano a posição de Vieira como orador e sua contribuição à vida literária para realçar o papel na vida pública, o que permite ratificar que ao historiador interessam particularmente alguns temas, como a questão indígena, e que a valoração de alguns homens pauta-se pelo papel de atuação nessa direção.

Juízo interessante também dispensa a Eusébio de Matos e Gregório de Matos. Na sua opinião, o primeiro, mais sério e mais pensador do que seu irmão, adquiriu fama nos sermões. Gregório, célebre como poeta, e mais popular, ainda que menos apreciado pelo público, como ele registra, compunha algumas quadras, dando como exemplo as escritas à despedida da Universidade de Coimbra. A diferença entre os dois também é visível no espaço que lhes dedica o historiador: enquanto sobre Eusébio escreve dois parágrafos, a Gregório excede-se em páginas, incluindo dados de sua vida pessoal e política e insistindo na sua fama como letrado. Ao lado desses, outros autores merecem referências na história de Perié: Bernardo Vieira Ravasco, Manuel Botelho de Oliveira, João Mendes da Silva, pai do Judeu, Nuno Marques Pereira.

Ao transpor o século XVIII, que caracteriza como um século soberano na humanidade, pela declaração da liberdade na França, Perié novamente retoma a relação da literatura com os acontecimentos históricos, anotando o desenvolvimento da Bahia e a criação da Academia Brasílica dos Esquecidos, agremiação que congregou um elenco mais amplo de escritores. No rol de autores desse período, destaca João de Brito Lima, poeta popular; Gonçalo Soares Franca, com um poema à morte de D. Pedro II, de Portugal; os irmãos Lourenço e Alexandre de Gusmão, a quem não credita reputação nas letras, mas como inventores e estadistas; Frei Manuel de Santa Maria Itaparica, referido como o autor de Eustáquidos, poema encontrado por Varnhagen e ainda inédito; Antônio José da Silva, primeiro autor dramático do Brasil, e dos mais originais da literatura portuguesa, merecedor de longos comentários sobre sua vida pessoal e citação de fragmentos de sua obra.

Entre escritores e obras que transformam esse século, reputa como um acontecimento literário transcendentalíssimo a publicação da primeira História do Brasil, de Rocha Pita, assim identificada por Perié. A História da América portuguesa, em que pese a carência de crítica e análise filosófica, sobressai pela heterogeneidade de materiais e a ortodoxia do autor, que apresenta num estilo poético e florido, imagens e descrições decorativas, revelando a verdadeira face da pátria. Neste juízo, Perié dialoga com o texto do Cônego Fernandes Pinheiro sobre o historiador brasileiro, confirmando duas características que vêm marcando a história do escritor argentino: a atualização e o conhecimento de que dispõe sobre a crítica brasileira sua contemporânea e a tendência nacionalista que imprime ao livro. Por essa razão, valoriza Rocha Pita, porque, para a época, sua obra apresentava o Brasil ao mundo civilizado, com a exclamação: Este é o Brasil! Esta é a minha pátria! (p. 170).

A inclinação nacionalista da obra de Perié toma contornos ainda mais definidos no quinto capítulo, quando focaliza o período histórico correspondente à segunda metade do século XVIII. Ao descrever o momento literário aí situado, enfatiza novamente a importância do contexto cultural no desenvolvimento das letras. A fase de progresso, propiciada pelo governo da Metrópole, permite a expansão do tom de nativismo, nacionalidade e independência das manifestações culturais, comprovada pela criação de academias e agremiações literárias na colônia. Essa fase marca, segundo Perié, o início da terceira fase da literatura brasileira, sem que antes houvesse mencionado expressamente as duas etapas anteriores. O destaque, agora, é compreensível: como Perié analisa a relação literatura e contexto de sua produção, procurando valorizar as manifestações de caráter nacional, fica evidente que o século XVIII inaugura uma nova fase, com a expansão dos negócios nas minas de ouro e a política do Marquês de Pombal.

Dois poetas são representativos da nova etapa, porque preenchem os pressupostos com que orienta sua história da literatura: José Basílio da Gama, autor de O Uruguai, reconhecido como personificação da epopéia brasileira (p. 197), e José de Santa Rita Durão, que, com o Caramuru, apresentou um poema essencialmente patriótico, embora menos épico que Basílio. A análise de Perié demonstra para onde converge seu olhar ao destacar as duas obras: a descrição das cenas americanas, a ambientação natural e a luta dos índios contra os colonizadores. Entre as longas transcrições dos dois poemas, inclui uma referência a Antônio Caetano de Almeida, irmão de Basílio. A menção ao nome desse serve para estabelecer uma decisiva comparação entre os dois: enquanto Caetano é autor de

poemas arcádicos, seu irmão, ao contrário, é um gênio fora dos moldes comuns, ratificando Perié a posição de supremacia atribuída ao autor de *O Uruguai*, seguindo uma linha manifestada pela crítica romântica anterior a ele: Em vez de se guiar pela forma rotineira da época, e de inspirar-se em acontecimentos fabulosos cheios de alegorias mitológicas, buscou por quadro a sua pátria (p. 186).

Privilegiando a epopéia sobre outras formas poéticas, para nela destacar o caráter nacional dos versos, o autor parece dar-se conta de sua preferência e abre o sexto capítulo de sua obra com uma interrogação: Que direção tomara nesse tempo a poesia lírica? (p. 209). A resposta reporta-o aos autores da denominada “Escola de Minas”, que juntamente com os épicos, compunham o coro de liberdade das nações americanas. Lugar de destaque atribui à poesia de Cláudio Manuel da Costa, com a *Fábula do Ribeirão do Carmo*, em cujas descrições mostra-se verdadeiramente brasileiro (p. 211) e à pessoa do poeta, por sua participação na *Inconfidência Mineira*. O interesse de Perié pelo movimento motiva-o a abandonar o campo da literatura para recuperar o panorama histórico do levante, apontando diferenças entre o contexto brasileiro, revolucionário, e o ambiente nas colônias espanholas, seguidoras obedientes da Coroa de Espanha.

Perié valoriza o levante de Minas Gerais como um foco irradiador dos princípios de liberdade que grassam pela América, desde o Mississipi até o Atlântico, e atribui aos seus mentores e participantes o pioneirismo nas manifestações autônomas em prol da independência das colônias. Associando, mais uma vez, o contexto político à produção cultural, credita aos inconfidentes a função de eclodirem o espírito de nacionalidade na literatura brasileira.

O interesse pela causa da independência e o conhecimento dos ideais da *Inconfidência* leva Perié a citar os demais representantes literários da época, associando à produção poética os fatos pessoais de sua atuação como inconfidentes. Depois de Cláudio Manuel, menciona Tomás Antônio Gonzaga, um dos poetas mais populares, pelas traduções de seus poemas em vários idiomas; Manuel Inácio da Silva Alvarenga, mais patriótico do que Gonzaga, por ter imprimido a seus versos o sabor americano; Inácio Alvarenga Peixoto, do qual destaca a *Ode à D. Maria I*, cheia de nacionalismo e um elenco de nomes menos importantes, integrantes da *Escola Mineira* e da *Arcádia Ultramarina*.

O entusiasmo com que Perié trata dos novos tempos de liberdade, registrados ao final do século XVIII, contrasta com o descrédito com que abre o sétimo capítulo, ao abordar o espírito de resistência de Portugal, sob o jugo da *Inquisição*, às inovações da civilização. A constatação objetiva registrar o retrocesso

que a vida literária sofre, pelo impedimento da introdução da imprensa no Brasil e as conseqüências que o fato acarreta no ambiente cultural: a impossibilidade de edição de livros e a perda de inúmeras produções brasileiras, em virtude das idéias tacanhas da Metrópole. A crítica dirigida ao governo português Perié expande também ao espanhol, responsabilizando-os pela fase retrógrada por que passam as colônias, sob o influxo negativo das idéias metropolitanas.

Entretanto, como sua obra visa à coleta e à crítica dos escritores brasileiros do período colonial, dá prosseguimento ao trabalho, citando um conjunto de três poetas cristãos e suas relações com a Inquisição: Antônio Pereira Sousa Caldas, Frei Francisco de São Carlos e José Elói Otoni. São suas obras que preenchem o período dos anos iniciais do século XIX, até o aparecimento de dois nomes mais importantes, que fecham o ciclo colonial: José Bonifácio de Andrada e Silva e Hipólito José da Costa.

Ao mencionar o primeiro, cujo nome enche por si só um período, Perié parece concordar pela primeira vez com Varnhagen, que concede ao patriarca da Independência uma posição singular na história brasileira, e justifica que, pela sua importância, será objeto de estudo no segundo volume da História colonial, reafirmando, novamente, seu propósito de dar continuidade a um projeto mais amplo sobre a literatura do Brasil. É, contudo, ao segundo que dedica sua atenção e elogios. As relações do jornalista brasileiro com o contexto de sua época, a prisão em Portugal por ordens da Inquisição, a fuga do cárcere com o auxílio da Maçonaria e a fundação, em Londres, de um jornal brasileiro em oposição ao governo imperial, tornam Hipólito da Costa uma figura proeminente aos olhos de Perié e responsável pela retomada da vida literária brasileira. A aparição do Correio Brasiliense, em Londres, em 1809, encerra, para o autor da História da literatura nos tempos coloniais, o período da literatura colonial e inaugura o ciclo do Império, pela retomada da discussão das questões nacionais e pelo desenvolvimento da cultura, através da imprensa.

Ao concluir a escrita da história da literatura brasileira, Eduardo Perié deixa a lição de que a literatura de um povo deve ser analisada em função das condicionantes de ordem histórica e cultural que singularizam esse povo, em direção a sua autonomia e liberdade. Perié não perde de vista que a história das Américas, seja ela a portuguesa ou a espanhola, com a qual dialoga todo o tempo de escrita de seu texto, pode ser lida e analisada como a história dos povos americanos em busca da liberdade e da emancipação. Nesse caminho, interessa-lhe particularmente o contexto vivenciado pelo Brasil na sua trajetória para definição como nação, reconhecendo autores e obras que podem ajudar a compor o perfil diferenciado do povo brasileiro em relação ao português.

Desse pressuposto, advém uma característica importante na escrita da história da literatura do período colonial, indicativa de que os pressupostos utilizados pelo argentino coadunam-se com a crítica romântica brasileira, já não mais vigente. Para Perié, a história da literatura do Brasil enceta uma direção nacionalista, marcada desde suas primeiras páginas, quando propõe a aceitação e o reconhecimento dos índios como primeiros produtores culturais. A marca nacionalista que deseja imprimir à literatura leva-o a se associar aos defensores indigenistas e a consagrar o elemento nativo como o diferenciador da literatura colonial da sua matriz metropolitana.

É compreensível por que, nesse caso, Perié valoriza os autores e as obras nas quais observa o tom nacionalista, como também é coerente o alargamento que promove em sua pesquisa para além dos limites do puramente literário, para abarcar nomes de ensaístas, cronistas, historiadores, jornalistas e oradores, desde que integrados ao projeto de construção da nação ou que manifestem sentimentos de nativismo ou apego à terra, em fases do passado colonial.

As tendências mais nítidas de sua avaliação das obras e autores igualmente confirmam o desejo de lhes acentuar essa marca. Por isso, sem desconsiderar as regras clássicas de feitura do poema ou a forma canônica de elaboração de uma epopéia, valoriza sobretudo na literatura a manifestação da terra americana, entendida como a tematização da natureza, da história, dos elementos naturais e do homem brasileiro. É significativa a anotação que realiza da produção literária do Rio Grande do Sul, por exemplo, ainda que o fato se justifique pela proximidade que mantém com o espaço de sua vivência, como também é importante o papel que atribui aos representantes da Escola Mineira pela deflagração do sentimento nacionalista na literatura. Retirando dos autores mineiros o rótulo de árcades, Perié omite o compromisso desses poetas para com uma fórmula poética ultrapassada, para apontar neles o caráter renovador que são capazes de imprimir ao fazer literário.

Sua versão de história da literatura não se limita a apenas entrelaçar História e Literatura, mas se expande para recuperar a localização espaço-temporal do texto e de seu autor, e a narração dos fatos biográficos que constituem a vida de cada escritor e de sua obra, para mostrar sua ligação à terra e às questões de liberdade e autonomia da colônia.

A fim de cumprir com seu propósito, o de escrever uma história da literatura comprometida com o signo da liberdade e da nacionalidade, Perié não teme criticar seus pares historiadores, como Garrett, Varnhagen, Wolf ou Fernandes

Pinheiro. Se Garrett, já distanciado no tempo, pode ser reavaliado, a crítica sobre os demais recebe outro peso, porque Perié, um estrangeiro, ousa apontar erros de juízo em representantes sólidos da cultura nacional. Talvez seja justamente o distanciamento espacial que lhe permita insurgir-se contra, por exemplo, Varnhagen, já considerado, na época, o pai da historiografia nacional. Perié cita preferências, opõe-se a juízos já consagrados e emite opiniões que podem provocar celeumas, para defender a posição de que literatura e vida cultural não estão dissociadas, mas se influenciam mutuamente.

Da história da literatura do período colonial, escrita por Eduardo Perié, emergem conceitos objetivos sobre um período literário singular, que diz respeito à própria formação do país e suas relações com as instituições literárias. Em oposição a isso, restam algumas questões, que se referem menos à obra e mais a seu autor: afinal de contas, quem foi Perié, esse argentino que tomou a tarefa de escrever uma história da literatura brasileira e que prometia a continuidade de seu empreendimento pelo interesse que o assunto lhe despertava? Por que Perié escreveu a história da literatura do Brasil, se até então o que se acrescenta a sua desconhecida biografia é a tradução da obra *Paris en América*, de Eduardo Laboulaye, publicada em Sevilha, em 1870, pela Casa Editora Biblioteca Económica de Andalucía? Por que Perié, enfim, patrocinou a edição de uma história da literatura brasileira na Argentina, quando também é desconhecida sua história como editor em sua terra natal?

Enquanto tais questões não encontram respostas nas bibliotecas do Brasil e da Argentina, até então consultadas, resta uma lição: a pesquisa sobre a história da literatura do Brasil ainda é tarefa para todos aqueles que desejam contribuir para iluminar o caminho da literatura, mas é sobretudo trabalho para os que objetivam recuperar a memória literária da antiga Terra de Santa Cruz.

*Résumé: Ce travail a pour objectif mener une réflexion sur le livre de l'écrivain argentin Eduardo Perié, intitulé *La littérature brésilienne au temps des colonies: du XVI^e au début du XIX^e siècle*, en s'interrogeant sur l'intérêt que porte le chercheur au contexte littéraire brésilien.*

Mots-clés: Eduardo Perié, Littérature coloniale brésilienne, Historiographie littéraire.